

GADOTTI, Moacir; PEREZ, Maria Aparecida. “Prefácio. O projeto educacional dos CEUs”. In: PADILHA, Paulo Roberto; SILVA, Roberto da (orgs.). *Educação com qualidade social*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2004.

## Prefácio

### O projeto educacional dos CEUs

A concepção e implementação dos CEUs, no Município de São Paulo, beneficiou-se de um histórico de tentativas que visavam instituir projetos pedagógicos voltados para as classes populares, inspiradas, em sua maioria, na “Escola Parque”, do educador Anísio Teixeira<sup>1</sup>. Dentre essas iniciativas, destacam-se os centros integrados de Educação Pública (CIEPs), do Rio de Janeiro (1983-1987)<sup>2</sup>, os Programas de Formação Integral da Criança (PROFICs), do Estado de São Paulo (1986), os Centros Integrados de Atendimento à Criança (CIACs) e os Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAICs), criados em 1994, por iniciativa do Governo Federal<sup>3</sup>.

Estudos desenvolvidos sobre estas experiências (Paro, 1988), apontam que os CIEPs, construídos em lugares de intensa visibilidade pública, em geral perto de grandes rodovias, no Estado do Rio de Janeiro, custavam caro e a sua manutenção era onerosa. Com a mesma taxa de reprovação de outras escolas, o seu aluno custava três vezes mais do que o da escola convencional. Na Zona Norte do Rio, um CIEP foi invadido e virou favela em 1991. Os CAICs, a 1 milhão de dólares por unidade, inspirados nos CIEPs, viraram “moeda eleitoral” no governo Collor. A sua construção nos municípios obedecia a interesses políticos.

Esses projetos “especiais” levaram os educadores a se perguntar se o investimento nos centros valia mesmo a pena. A resposta foi negativa. Na opinião do educador Lauro de Oliveira Lima, ex-colega de Darcy Ribeiro, idealizador dos CIEPs, o CIEP nunca se apresentou como projeto pedagógico, mas como um prédio bonito do arquiteto Oscar Niemeyer: “Pela primeira vez na história

---

<sup>1</sup> A “Escola Parque, lançada em 1950, fazia parte do Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR) de Anísio Teixeira que previa a construção de centros populares de educação em todo o Estado da Bahia para crianças e jovens de até 18 anos. Destinado ao nível primário, o centro era composto de quatro “Escolas-Classe” e de uma “Escola Parque”. A proposta visava alternar atividades intelectuais com atividades práticas, como artes aplicadas, industriais e plásticas, além de jogos, recreação, ginástica, teatro, música e dança, distribuídas ao longo de todo o dia. Para saber mais sobre esse projeto, ver EBOLI, Teresinha. *Uma experiência de educação integral: Centro Educacional Carneiro Ribeiro*. Bahia: MEC/INESP, s/d.

<sup>2</sup> Ver RIBEIRO, Darcy. *O livro dos CIEPs*. Rio de Janeiro: Bloch, 1986 e FARIA, Lia. *CIEP: a utopia possível*. São Paulo: Livros do Tatu, 1991.

<sup>3</sup> Para saber mais, ver GOLDENBERG, José. *Diretrizes gerais e recomendações para a formulação de projetos pedagógicos dos CIACs*. Brasília: MEC, 1991.

da educação se discute um prédio com proposta pedagógica”.<sup>4</sup>

O projeto dos Centros Educacionais Unificados (CEUs) não ignorou as experiências anteriores, mas, antes, iniciou seu planejamento considerando os avanços e fracassos de realizações já desenvolvidas.<sup>5</sup> O primeiro passo do projeto teve início com a discussão articulada entre o Gabinete da Prefeita, a Secretaria Municipal de Educação e o Departamento de Edificações da Secretaria de Serviços e Obras (SSO) da Prefeitura, sobre a necessidade de encontrar amplos espaços físicos para a construção de novas escolas.

A preocupação com os espaços físicos adequados se aliava à ideia de fortalecer a escola pública, associando-se ao **desenvolvimento comunitário**. Por isso, era prioridade localizar os CEUs nas **áreas periféricas** e mais pobres<sup>6</sup> da cidade.

Nascia um projeto de educação popular que tinha como princípio a educação cidadã, na qual o povo é visto com dignidade e respeito. O projeto dos CEUs foi concebido, desde sua origem, como uma proposta intersetorial, somando a atuação de diversas áreas como: meio ambiente, educação, emprego e renda, participação popular, desenvolvimento local, saúde, cultura, esporte e lazer. Os CEUs inspiram-se na concepção de equipamento urbano agregador da comunidade, com uma visão de educação que transcende a sala de aula e o espaço escolar.

Os CEUs constituem-se em centros de experimentação educacional e de investigação. Suas atividades são realizadas visando ao desenvolvimento da comunidade, por isso, foi considerado de suma importância o mapeamento da realidade local, assim como das condições sócio-culturais, econômicas, geográficas e históricas. Essa pesquisa de abrangência da área favorecida pelos centros deve se transformar em Banco de Dados disponível para consulta, auxiliando no desenvolvimento dos projetos pedagógicos dos CEUs.

Todo esse estudo detalhado das condições, costumes e necessidades das comunidades para a instituição de cada CEU, aliado à proposta de educação cidadã, já seria suficiente para defender a continuação e o incremento do projeto. Entretanto, se muitos educadores ainda se perguntam o motivo de se defender os CEUs hoje, talvez haja porque ainda não se deram conta do caráter político do projeto, de bases sociais. Uma educação com qualidade social é o marco que diferencia os CEUs de São Paulo de outras experiências.

---

<sup>4</sup> LIMA, Lauro de Oliveira. *O Estado de S. Paulo*, p. 16, 18 mar. 1990.

<sup>5</sup> Uma das experiências frequentemente citadas nas discussões sobre os CEUs é a do poeta e escritor Mário de Andrade, realizada na década de 30, na cidade de São Paulo, enquanto ele dirigia o Departamento de Cultura e os Parques infantis. Mário de Andrade idealizou as “praças de equipamentos”, propondo investimentos educativos e culturais para os filhos da classe operária, moradores de bairros considerados periféricos na época, como o Ipiranga e Santo Amaro.

<sup>6</sup> A determinação dos locais onde foram construídos os CEUs considerou dados da pesquisa do “Mapa da Exclusão/Inclusão Social de São Paulo – 2000” realizada sob a coordenação da professora Dra. Aldaísa Sposati, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, bem como de outros institutos de pesquisas brasileiros e, particularmente, os dados do Mapa realizado pela Fundação para o Bem Estar do Menor sobre os bairros de maior concentração de crianças e de adolescentes punidos com internação.

Os Centros Educacionais Unificados foram construídos em locais onde o “Mapa da Exclusão/Inclusão Social”, desenvolvido pela Prof.a. Aldaíza Sposati, mostrava pouca ou nenhuma presença do poder público, alta concentração de pobreza, locais onde não existiam equipamentos públicos de lazer, principalmente para os jovens. Os centros ainda atendem a uma exigência do Plano Diretos da Cidade de São Paulo, aprovado pela Câmara Municipal de São Paulo, que, nos artigos 18 e 19, sustentam a necessidade da articulação intersetorial entre educação e demais secretarias.

Os CEUs não se destinam apenas aos alunos matriculados nas suas três unidades educacionais e não se limitam ao saber formal e escolar. Eles oferecem oportunidades educacionais não-formais para um conjunto maior de pessoas das camadas populares, historicamente excluídas. A população que frequenta tem vivenciado experiências educacionais antes só oportunizadas aos mais privilegiados socialmente. Os CEUs possibilitam a apropriação e a produção de bens culturais. Com eles, a comunidade tem tido a oportunidade de aprender com concertos musicais, peças de teatro, festivais de dança, de cinema, além de também ensinar com suas produções culturais e esportivas. O projeto educacional dos CEUs defende uma educação de abraços, de sensibilidade e valorização da auto-estima, de espaços de organização das camadas populares, de voz aos excluídos. Isso tem um grande valor humano e histórico.

Uma das grandes conquistas dos Centros Educacionais é o Conselho Gestor, que está sendo eleito com base num projeto coletivo da própria comunidade, em que pais, educadores, usuários e associações comunitárias têm poder de decisão. Trata-se de uma gestão político-pedagógica e educacional, não meramente gerencial e executiva.

Ouvimos falar, com frequência, que os CEUs não têm um Projeto Educacional. Ora, o que é um Projeto Educacional? Um documento escrito sob encomenda por algum especialista em educação? Não. Ele é elaborado a partir de um conjunto de elementos técnicos, políticos, sociais, éticos e estéticos que vai se aperfeiçoando processualmente, a cada nova experiência e avaliação de resultados, considerando a comunidade com e na qual se desenvolve. Sem dúvida, nesse sentido, os CEUs são um projeto inovador.

Por tudo isso, pensamos que chamar os CEUs de “escolões”, como a imprensa de São Paulo costuma fazer, além de não ser apropriado, distorce propositadamente o que são os Centros Educacionais Unificados. Como processo em construção, os CEUs precisam de tempo para se consolidar, para integrar e integrar-se ao conjunto da rede municipal de ensino. A sua continuidade dependerá da participação da comunidade e esta tem sido sua maior defensora. Todos defendemos o que nos pertence. É o desejo da comunidade que garantirá a expansão e continuidade do projeto.

Este livro é resultado da parceria entre o Instituto Paulo Freire (IPF) e a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo/Diretoria de Orientação Técnica (SME-DOT). O IPF foi uma das instituições que ficou responsável por assessorar pedagogicamente as equipes gestoras dos CEUs na

elaboração do seu Projeto Educacional, com base na perspectiva da gestão democrática, bem como por assessorar a DOT, durante os anos de 2003 e 2004.

O IPF propôs também a realização de uma pesquisa para acompanhar e avaliar a experiência do CEU, desde a sua concepção até os resultados iniciais de sua implementação. Dados parciais dessa pesquisa, que foi coordenada pelo Prof. Dr. Roberto da Silva (FE-USP), subsidiam este trabalho, pois a mesma está gerando um amplo relatório que poderá resultar em outras publicações sobre a experiência dos CEUs.

Neste trabalho o leitor encontrará a visão de diferentes sujeitos que participaram da construção do Projeto CEU, além de informações relacionadas às concepções de gestão que foram discutidas naquele processo e que foram determinantes na definição do Regimento padrão do CEU, publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo, em 01.12.2004.

Consideramos que este livro permitirá aos seus leitores conhecer melhor e ampliar as suas reflexões acerca dos Centros Educacionais Unificados, que concretizam o sonho de uma educação inclusiva, cidadã e com qualidade social.

Moacir Gadotti

Professor Titular da Universidade de São Paulo e do Diretor do Instituto Paulo Freire

Maria Aparecida Perez

Secretária Municipal de Educação de São Paulo